



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**Ata número dezoito**

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, na sede da Junta de Freguesia sito na Rua José António Madeira, oito mil e cem - seiscentos e setenta, Loulé, deu-se início à reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de São Sebastião, convocada ao abrigo do número dois do artigo décimo segundo da lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia de São Sebastião, Pedro Filipe Rodrigues da Silva, com a seguinte lista de presenças e ordem de trabalhos-----

-----**Sete membros da Assembleia do Partido Socialista (PS)** – Pedro Filipe Rodrigues da Silva (Presidente da Assembleia), Carla Patrícia Silva Teixeira (secretária), Eduardo Manuel Mendes Pires (secretário), Maria de Fátima da Silva Guerreiro Santos, Maria João Carapeto, José João Magalhães David e Aníbal Francisco da Silva.-----

-----**Seis membros do Partido Social Democrata (PPD/PSD)** - Hélder Faísca Guerreiro, Sandra Maria Pestana Farinha, Elsa Maria Pires Palma Calado, Jason Anthony Mula, Júlio Manuel Coelho Neves Guerreiro, Fernanda Marreiros Capito André. -----

-----**O Executivo da Junta de Freguesia** – Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia), Jorge Manuel Martins Batista (Tesoureiro), Joana Guerreiro da Conceição (Secretária do Executivo), Manuel Ângelo Dias Gonçalves (Primeiro Vogal) e António José Semião Piçarra (Segundo Vogal). -----

-----**Pediram Dispensa:** António Manuel Sochas Germano que foi substituído por José João Magalhães David, Júlio César do Carmo Batista foi substituído por Aníbal Francisco da Silva, Manuel Alfredo Cavaco Bento Coelho foi substituído por Jason Anthony Mula. ---

-----**Ordem de trabalhos**-----

-----**Ponto Um - Período reservado à intervenção do público;** -----

-----**Ponto Dois - Período de antes da ordem do dia;** -----

-----**Ponto Três - Período da ordem do dia;**-----

-----**a) Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental;** -----

-----**b) Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;** ---

-----**c) Apreciação e votação da 3ª Alteração ao Acordo de Execução celebrado com a Câmara Municipal de Loulé, relativo a transferência de verbas, no âmbito da dele-**



*Handwritten signature in blue ink*

**gação de competências, nos termos do disposto na alínea m) do nº1 do artigo 33º da lei nº 75/2013 de 12/09;**

**-----d) Apreciação e votação do Acordo de transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Sebastião, no âmbito do Decreto-Lei 57/2019 de 30/04;**

**-----e) Apreciação da informação escrita acerca da atividade do Executivo. -----**

**-----f) Assuntos diversos de interesse para a Freguesia. -----**

**----- Ponto quatro – Período reservado à intervenção do público. -----**

----- Antes de dar início aos trabalhos o Presidente da Mesa Pedro Silva cumprimentou todos os presentes e desejou que esta pandemia fosse ultrapassada e que não atingisse ninguém dos presentes nem seus familiares. -----

-----Ponto um, período reservado à intervenção do público, iniciando os trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia, Pedro Silva deu a palavra ao público, mas não houve intervenções. -----

----- Ponto dois, período antes da ordem do dia, passou-se à aprovação da ata da reunião anterior, que foi votada e aprovada por unanimidade. -----

-----Seguidamente abordou-se o ponto f) assuntos diversos de interesse para a Freguesia tendo pedido a palavra o deputado do PSD, Hélder Guerreiro que mais uma vez reforçou o facto de não se publicarem as atas do executivo. -----

-----O Presidente do Executivo, Manuel Guerreiro informou que a ata só é publicada depois de aprovada na reunião seguinte de executivo. O deputado do Hélder Guerreiro frisou que se a ata só é aprovada no mês seguinte, havendo assuntos urgentes, esses têm que ser aprovados em minuta, caso contrário só são válidos depois da ata aprovada. Se a ata de março foi aprovada na reunião de abril as adjudicações que foram aprovadas por ajuste direto só entram em vigor depois da ata aprovada em abril.-----

----- Entrando no período da ordem do dia, ponto três, alínea a) apreciação e votação da primeira revisão orçamental. O Presidente do Executivo, Manuel Guerreiro passou à apresentação do mesmo. Dizendo que a revisão orçamental se deve essencialmente à transferência de duas verbas provenientes da Câmara Municipal de Loulé na sequência das duas intempéries ocorridas na freguesia no final do ano dois mil e vinte e no início de dois mil e vinte e um. Quase todos os caminhos rurais tiveram que ser intervencionados tendo sido solicitado apoio à Câmara Municipal de Loulé a trinta de novembro de dois mil e vinte e a vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um. Após apurados os orçamen-



*Handwritten signature in blue ink*

tos, a Câmara Municipal de Loulé decidiu transferir o valor de trinta e dois mil, trezentos e sessenta e três euros e setenta e oito cêntimos e é com esse valor que a Junta de Freguesia tem estado a proceder às reparações das vias danificadas. -----

-----O Deputado Hélder Guerreiro questionou se se trata de um contrato inter-administrativo, ao qual o Presidente da Junta Manuel Guerreiro respondeu que é só a atribuição do valor mediante os orçamentos apresentados. O deputado pergunta ainda se o Presidente Manuel Guerreiro apresentou um orçamento para pavimentar caminhos e outro para reparar caminhos, pois é onde foi colocada a verba. De acordo com o Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Guerreiro, esta pavimentação de caminhos e obras complementares entram na rubrica que tem por nome viadutos, arruamentos e obras complementares. O valor que foi atribuído à conservação e manutenção da viação rural está correto. Relativamente a pequenas obras, limpezas, entre outros, ficou na rubrica de pavimentação de caminhos e nas obras complementares, que foi beneficiada com dez mil euros. A apreciação e votação da primeira revisão orçamental foi votada e aprovada por maioria. -----

----- Em relação à alínea b), apreciação e votação da primeira revisão ao plano plurianual de investimentos. O presidente da Junta de Freguesia, Manuel Guerreiro começa por dizer que para obras complementares foram atribuídos dez mil euros e todos estes valores foram registados como correntes pois não havia certezas se as despesas seriam feitas como aquisição de serviços ou como empreitadas, entretanto passaram a capital. Com a última intempérie foi criada uma nova rubrica com o nome de apoio para despesas gerais. A deputada do PS, Maria João Carapeto, explica que a Junta de Freguesia adiantou o dinheiro em dezembro e a Câmara Municipal só este ano atribuiu esse dinheiro que foi dividido para pavimentação de caminhos e outras. O tesoureiro Jorge Batista explicou que os trinta e dois mil euros foram investidos em reparação de caminhos, no entanto, a verba só chegou agora, por isso foi adiantado o valor do orçamento da Junta de Freguesia para a reparação de caminhos. A verba da Camara Municipal de Loulé quando chegou foi distribuída por estas rubricas. O deputado Hélder Guerreiro, perguntou se o adiantamento foi feito o ano passado ou se foi já este ano, tendo o Presidente da Junta, Manuel Guerreiro respondido que foi em dois mil e vinte. A primeira revisão ao plano plurianual de investimentos, foi votada e aprovada por maioria.-----

----- Na alínea c) apreciação e votação da 3ª alteração ao Acordo de Execução celebrado com a Câmara Municipal de Loulé, relativo a transferência de verbas, no âmbito da dele-



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'E. Pires'.*

gação de competências, nos termos do disposto na alínea m) do nº1 do artigo 33º da lei nº 75/2013 de 12/09. O Presidente da Junta explicou que o acordo que vai ser agora celebrado com a Câmara Municipal de Loulé diz respeito ao valor das transferências de competências que este ano ainda será suportado pela Câmara Municipal, mas a partir do próximo ano será da responsabilidade da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). A DGAL irá fazer a transferência direta para a Junta de Freguesia sem passar pela Câmara Municipal. A transferência de competências vai incluir as despesas de manutenção das bermas e valetas, pequenas reparações em estabelecimentos escolares e a manutenção dos espaços envolventes, o que totaliza cento e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta euros e quinze cêntimos. O Tesoureiro Jorge Batista resumiu, que as duas únicas competências que a Junta de Freguesia aceitou foram as pequenas reparações em estabelecimentos escolares e a manutenção dos espaços envolventes. O Presidente da Mesa Pedro Silva muito sucintamente, explica que esta alteração se refere às verbas de quarenta e três mil, seiscentos e trinta e cinco euros para bermas e valetas e oitenta e nove mil, oitocentos e quinze euros e quinze cêntimos para manutenção de escolas o que dá um total de cento e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta euros e quinze cêntimos. O deputado Hélder Guerreiro diz que o valor das bermas se mantém, mas o valor das escolas aumenta significativamente e questiona qual é o racional e se não foi aprovado agora, se não está na alteração orçamental, questiona ainda o Presidente da Junta se este vai conseguir gastar esta verba até ao final do ano. O Presidente do Executivo Manuel Guerreiro responde que o rácio utilizado são metros quadrados. Houve um aumento do valor por metro quadrado. De acordo com o deputado Hélder Guerreiro deve ser coincidência este valor ser igual ao valor que o Presidente negociou para o próximo ano proceder à manutenção das escolas e dos espaços envolventes das escolas. A questão que o deputado coloca é se este ano a Junta de Freguesia vai já fazer a manutenção dos espaços envolventes. O presidente da Junta Manuel Guerreiro explica que a Câmara Municipal adiantou este valor este ano para que seja a Junta de Freguesia a fazer essa manutenção, para o ano a competência passa para a Junta de Freguesia. A apreciação e votação da 3ª alteração ao Acordo de Execução celebrado com a Câmara Municipal de Loulé, relativo a transferência de verbas, no âmbito da delegação de competências, nos termos do disposto na alínea m) do nº1 do artigo 33º da lei nº 75/2013 de 12/09, foi votada e aprovada por maioria. O Presidente da mesa referiu que este ponto ficaria aprovado em minuta para dar andamento ao processo. -----



*Handwritten signature in blue ink*

----- Em relação à alínea d) apreciação e votação do acordo de transferência de recursos do município de Loulé para a freguesia de S. Sebastião, no âmbito do decreto-lei 57/2019 de 30/04. O Tesoureiro Jorge Batista resumiu que este ano ainda será Câmara Municipal de Loulé a suportar a verba e que a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e dois será a Junta de Freguesia a suportá-la com a verba vinda da DGAL. O deputado Hélder Guerreiro afirmou que, o acordo de execução diz que a Junta de Freguesia apenas aceita duas competências. No objeto de acordo na clausula um refere que aceita a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação do pré-escolar do primeiro ciclo do ensino básico e a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação do pré-escolar do primeiro ciclo do ensino básico. São as duas únicas competências aceites. São aceites pelo valor que este ano é feita a retificação do acordo só para a manutenção das escolas. O deputado deduz, portanto, que para o ano a Junta de Freguesia vai fazer a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pelo valor que este ano faz a manutenção das escolas. O deputado tem ainda dúvidas relativamente ao auto de transferência pois no mesmo aparecem três transferências e no acordo, que se encontra em aprovação só estão duas. O tesoureiro Jorge Batista repete que foram transferidas duas competências como estão referidas no acordo. O deputado Hélder Guerreiro insiste que algo não está correto pois no auto estão três competências e no acordo estão duas. O presidente da mesa Pedro Silva pergunta ao executivo se o ponto b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (apenas a manutenção de bermas e valetas, ficando as restantes competências desta alínea, na esfera de competência do município) é da competência da Junta de Freguesia ou do Município de Loulé. O tesoureiro Jorge Batistas responde que é da competência da Câmara Municipal. O deputado Hélder Guerreiro afirma que não se pode votar o ponto, pois o auto de transferência difere do acordo. A deputada Maria João Carapeto refere que o acordo de transferência se trata de uma negociação e o auto de transferência é efetivamente a formalização desse acordo. Quanto à delegação das competências, as verbas passam a vir diretamente da DGAL mantendo-se os contratos interadministrativos com a Câmara Municipal de Loulé. Relativamente às obras e apoio ao funcionamento, no orçamento dois mil e vinte um consta lá o valor de duzentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e cinco euros. O deputado Hélder Guerreiro diz que até dois mil e vinte e um estavam em vigor contratos interadministrativos e acordos de execução, apesar do deputado não concordar que as bermas e valetas se tratassem de um acordo de execução atribuído à alínea da limpeza



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'E.P.M.' or similar.*

das vias públicas. A partir de dois mil e vinte e dois, entra em vigor a nova lei que tem muitas mais competências que poderiam ser transferidas para a Junta de Freguesia. O deputado lamenta que a Junta de Freguesia não queira mais competências do que as que tinha antes. Vai receber os espaços envolventes, mas vai receber pelo valor que este ano faz a manutenção das escolas. Situação que para o deputado não faz sentido. Se aumentou a verba para fazer manutenção de escolas no próximo ano, o próximo executivo em dois mil e vinte e dois, para além da manutenção das escolas, vai fazer a manutenção dos espaços envolventes das escolas, que este ano está a ser feito pela Câmara Municipal, e vai continuar com as bermas e valetas mas isso não está escrito na clausula um. Defende por isso, que o documento não se encontra em condições de ser votado pois difere do que foi acordado. O tesoureiro Jorge Batista, afirma que o documento está em condições de ser votado e deve ser colocado à votação. Os espaços verdes das escolas vão ser tratados este ano com esta verba. Foi consultado o Gabinete de Apoio às Freguesias na pessoa da Dr<sup>a</sup> Amélia Carmo que garantiu que o documento está em condições de ser votado. O Presidente da Mesa, Pedro Silva pergunta ao executivo o porquê de no auto de transferência constarem três alíneas e no acordo só existirem duas. O Presidente pergunta ainda se houve negociação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e se chegaram à conclusão que deveria ser acrescentado um ponto. Foi respondido pelo executivo que sim. Após negociação foi acrescentado esse ponto. O Deputado Jason Mula do PSD, pergunta se a Junta de Freguesia já tem a competência para arranjar os espaços envolventes ou se vai ter em dois mil e vinte e dois, pois não está claro. O Deputado Hélder Guerreiro volta a reforçar que o documento não está em condições de ser votado. A bancada do PSD vota contra pois o documento não está em condições de ser votado. Ficou claro para o deputado Hélder Guerreiro, que a alteração ao acordo de execução é para que a Junta de Freguesia faça já em dois mil e vinte e dois a manutenção dos espaços envolventes. O Tesoureiro Jorge Batista, diz que não fazia sentido para já, aceitar competências dentro da cidade onde a Câmara Municipal está a ter um bom desempenho. Respondendo à questão do deputado Jason Mula o Tesoureiro Jorge Batista, diz que este ano a Câmara Municipal transferiu a verba para que a Junta de Freguesia fizesse a manutenção dos espaços envolventes e que a partir de janeiro de dois mil e vinte e dois a verba será transferida diretamente da DGAL. A competência já foi adquirida. Este ano o dinheiro veio via Câmara Municipal, para o ano a competência mantém-se e a verba virá diretamente da DGAL, conforme explicado pelo Presidente da Mesa Pedro Silva. O depu-



*Handwritten signature: E. Pires*

tado Eduardo Pires, disse que relativamente a este ponto foi pedido parecer à DGAL que disse que poderia ser feito este acordo. Estavam só duas competências definidas, posteriormente a Junta de freguesia de São Clemente ficou com mais esta competência e resolveu-se fazer igual para São Sebastião. Em relação a esta competência que ficou agora no auto de transferência, foi pedido parecer à DGAL para saber se poderia seguir assim para aprovação e a DGAI disse que sim que estava tudo legal. A Deputada Maria João Carapeto volta a frisar que, existem dois documentos, um acordo de transferência e um auto de transferência. O auto de transferência é a formalização do acordo de uma negociação. O que conta é o auto de transferência de recursos. Uma vez que a convocatória menciona a votação do Acordo de transferência, foi esse que foi votado e a provado por maioria. O ponto será aprovado em minuta.-----

-----Em relação à alínea e) apreciação da informação escrita acerca da atividade do Executivo. O tesoureiro Jorge Batista pergunta se há questões a colocar relativamente ao documento enviado. O deputado Hélder Guerreiro pergunta se a ata só é aprovada no mês seguinte. Menciona ainda que nas atas da Junta de Freguesia, não existe menção à aprovação da ata anterior. Questiona o facto de a ata só ter sido aprovada no mês seguinte e na informação escrita dizer que foram executadas obras entre um de janeiro e trinta e um de março cuja adjudicação direta foi aprovada por unanimidade a trinta de março. Pergunta se aprovaram a obra dia trinta de março e dia trinta e um estava pronta, uma vez que a ata só é aprovada no mês seguinte. O deputado solicita esclarecimentos relativamente à questão. O Tesoureiro Jorge Batista diz que há erro quando a informação refere "executada". A obra foi feita a três de abril. A ata só foi publicada a vinte e oito de abril.-----

----- Relativamente à alínea f) assuntos diversos de interesse para a freguesia, o deputado Hélder Guerreiro pergunta qual o motivo para que as contas não tivessem sido apresentadas nesta assembleia. Pergunta ainda se existem desenvolvimentos relativamente ao projeto da segunda fase da Miraserra. Quer saber como está a questão relativamente aos acessos na entrada que vem de Boliqueime e ainda sobre os acessos à Miraserra. Mostrou o seu agrado pela intervenção na estrada de Vale Judeu para a Cimpor. Chama a atenção para o facto da estrada duzentos e setenta não ser segura, não existe uma passadeira, uma lomba. Solicitou que o Executivo se dirigisse à Camara Municipal para tomar precauções. Pergunta ainda como está a questão do Caminho do João Rita.-----



CS  
EP

A deputada Sandra Farinha, tomou da palavra para saudar a festa da Mãe Soberana, e diz que houve pessoas que não puderam subir à nossa senhora porque pensavam que era com convite, mas não era, era só preciso fazer a inscrição na igreja e essa informação chegou tarde à maioria das pessoas. As celebrações correram dentro do possível. Saludou ainda a entrega de chaves pela parte da Camara Municipal, de casas para famílias carenciadas e frisou que existem alguns fogos em São Sebastião, na rua de Sam Paulo há sete fogos, a rua Miguel Bombarda, cinco fogos com um pequeno espaço comercial e na rua cinco de outubro dois apartamentos. Ainda afirmou que temos que unir esforços e olhar para as coisas boas e dar valor, pois ainda há um longo caminho pela frente.-----

Pelo executivo, o Tesoureiro Jorge Batista, explica que a aprovação das contas ainda não foi feita pelo tribunal de contas, razão pela qual não foram apresentadas nesta assembleia. O projeto da segunda fase da Miraserra está em andamento. A estrada duzentos e setenta precisa de mais alguma segurança é um facto, vai ter passadeiras, a sinalização vertical vai ser revista. Relativamente ao caminho do João Rita, o mesmo está transitável, foi limpo e foram colocados detritos, está ainda a ser feito um levantamento para ser pavimentado. Diz ainda que a adjudicação de "várias" é legal desde que venham esclarecidas na memória descritiva. As obras aprovadas no mês de agosto são Caminho da palhagueira, Passeio da rua da Nossa Senhora do Bom Sucesso em Vale Judeu, Caleiras na estrada do Poço Geraldo, execução das caleiras da estrada junto ao Café do Sr Anibal Mealha, reparação das bermas na rua da Igreja em Vale Judeu. O deputado Hélder Guerreiro afirma que não questionou nem disse que era ilegal a adjudicação de "várias", só perguntou quais eram as várias, pois temos o direito de saber. Relativamente ao Caminho do João Rita o deputado estranha não estar na informação escrita, o deputado pediu ainda para que não se pavimentasse o Caminho João Rita que colocasse antes betão poroso e não pavimento.-----

----- No período reservado à intervenção do público, pediu a palavra a Sra. Vera Silveira que diz que não houve intervenção nenhuma da Franqueada até à Estação ao contrário do que foi dito. A última obra foi há oito anos, nos últimos quatro anos não houve obra. Do executivo, o Tesoureiro Jorge Batista diz que houve intervenção. Informa ainda que está a ser elaborado um projeto que pretende a requalificação desde rotunda da estrada cento e vinte e cinco até à ponte das quatro estradas.-----

-----Deu-se por terminada a assembleia às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. -----



**O Presidente da Mesa de Assembleia**

**(Pedro Silva)**

**Secretário**

**(Eduardo Pires)**

**Secretária**

**(Carla Teixeira)**